



Anais da Assembléia

Nº 115

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE AGOSTO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05; Angelo Vanhoni - Pérciles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

ATA DE POSSE DE DEPUTADO ESTADUAL

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de um mil novecentos e noventa e seis, às 14:30 horas, o Senhor Presidente Anibal Khury anunciou a presença no Gabinete da Presidência do Senhor Hidekazu Takayama, que assumiu a cadeira de Deputado Estadual na vaga deixada pelo Excelentíssimo Sr. Deputado Nelson Justus, nomeado pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, para exercer o cargo de Secretário de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná. Em seguida o Senhor Presidente convidou o Senhor Hidekazu Takayama a prestar o compromisso previsto nos §§ 3º e 5º do artigo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado. O Senhor Hidekazu Takayama prestou o seguinte compromisso: "Prometo guardar a Constituição Federal e a Estadual, desempenhar lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem do nosso Estado." Encerrando o Sr. Presidente declarou o Senhor Deputado Hidekazu Takayama empossado no cargo de Deputado Estadual e determinou a lavratura da presente Ata e a sua publicação no Diário da Assembleia para que produza os efeitos legais e regimentais. A presente Ata vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente do Poder Legislativo e por mim Abib Miguel, Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Atos da Presidência:

LEI N° 11.492

DATA: 22 de julho de 1996

SÚMULA: Altera as divisas dos Municípios de Cafetal do Sul e de Iporã.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam alterados os Memoriais Descritivos da Lei n° 9.345, que criou o Município de Cafetal do Sul e da Lei n° 4.245, que criou o Município de Iporã, que passam a ser os seguintes:

MEMORIAL DESCRITIVO DO MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL

Tem como ponto inicial e final a foz do Córrego Divisor ou Iretama no Rio Xambê, divisando com o Município de Pérola;

pelo Rio Xambê acima divisando com o Município de Xambê, até a foz do Ribeirão Peroba; pelo Ribeirão Peroba acima, divisando com o Município de Umuarama; até a foz do Córrego Ibiruba; pelo Córrego Ibiruba acima, até sua cabeceira, daí pela linha de divisa entre os lotes 9 (inclusive) e 110 (exclusive) até a PR-86 (antiga); até a Estrada Ferro; pela Estrada Ferro ainda divisando com o Município de Umuarama, até o seu final; daí em linha seca até alcançar o Ribeirão Jangada; pelo Ribeirão Jangada até a ponte na Estrada Olaria-Imbé até o entroncamento com a Estrada Dr. Saldanha ou Estrada Divisora, divisando com o Município de Alto Piquiri; pela Estrada Dr. Saldanha ou Estrada Divisora, divisando com o Município de Alto Piquiri até o Córrego Cantareira ou Mosquito, a partir daí divisando com o Município de Iporã pelo Córrego Cantareira ou Mosquito acima, até a foz do Córrego Mombuca; pelo Córrego Mombuca acima até sua cabeceira; daí pela linha de divisa entre os lotes 222 (inclusive) e 221 (exclusive) até a Estrada Uru; pela Estrada Uru até o Ribeirão Jangada; pelo Ribeirão Jangada acima até a foz do Córrego da Onça pelo Córrego da Onça acima até a linha de divisa dos lotes 35 (inclusive) e 34 (exclusive), por esta linha de divisa até a Estrada Nivea, pela Estrada Nivea até a PR-86 (antiga); pela PR-86 (antiga) até a Estrada Divisa Byngton; pela Estrada Divisa Byngton até a linha de divisa dos lotes 1-M-1 (inclusive), e 1-M (exclusive), segue por esta linha de divisa até a linha de divisa dos lotes 3 (inclusive) e 2 (exclusive), segue por esta linha de divisa dos lotes 4 (inclusive) e 2 (exclusive), por esta linha até o Córrego Divisor ou Iretama; pelo Córrego Divisor ou Iretama abaixo, ainda divisando com o Município de Iporã até sua foz no Rio Xambê.

MEMORIAL DESCRITIVO DO MUNICÍPIO DE IPORÃ

Partindo do Rio Xambê, segue a divisa entre Pedro Sela, confrontando com a Fazenda Santa Lúcia e Bassan, acompanha a divisa da Fazenda Pedro Sela com o Nilo até a Água Anhangabau, sobe a Água Anhangabau até encontrar o ponto de confrontação da Estrada Divisora Byngton com este córrego. Neste ponto vira a esquerda e sobe acompanhando a divisora Byngton, cruza o asfalto segue até a Estrada Antiga Cedro-Guataporã, vira a direita, segue até a entrada da Estrada Nivea; nesta vira a esquerda e segue em linha reta até encontrar o Córrego da Onça; segue por este até o Rio Jangada; neste ponto vira a direita e desce seguindo o mesmo até a ponte da Estrada Uru; nesta ponte, vira a esquerda, segue pas-

sando por dentro do Iverã e vai até a entrada Estrada Napoleão. Neste ponto, entra a esquerda no sentido Jangada; segue até a divisa dos lotes 220 e 221, neste ponto vira à direita e segue até o Ribeirão Mombuca; segue por esta água até o Corrego Cantareira (conhecida como Mosquito), desce por este até encontrar a ponte da estrada Lobato/Dr. Saldanha. Neste ponto vira à direita e segue a divisa Dr. Saldanha que confronta com o Município de Brasilândia e segue até o Rio Piquiri.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.07.96.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

LEI nº 11.493

DATA: 22 de julho de 1996.

SÚMULA: Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 11.254, de 21 de dezembro de 1995, que cria o Município de Bela Vista da Caroba.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 1º, da Lei nº 11.254, de 21 de dezembro de 1995, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado o Município de Bela Vista da Caroba, com sede na localidade de Bela Vista, desmembrado do Município de Pérola do Oeste e Franchita, com as seguintes divisas e confrontações:

COM O MUNICÍPIO DE AMPÉRE

Inicia na foz de Lajeado Bonito no Rio Capanema, sobe por este até encontrar a foz do Rio Alegre.

COM O MUNICÍPIO DE FRANCHITA

Inicia no Rio Capanema na foz do Rio Alegre, sobe por este até encontrar a estrada que liga Vista Gaúcha à Fonte Bela, segue por esta na direção geral Oeste até defrontar a cabeceira de um afluente do Corrego Macaco, deste ponto segue por uma linha reta e seca até a cabeceira do citado afluente, desce por este até sua foz no Corrego Macaco, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por linha reta e seca na direção geral Noroeste até encontrar a cabeceira da Sanga do Mato, desce por este até sua foz no Arroio Tateto, desce por este até sua foz no Lajeado Grande.

COM O MUNICÍPIO DE PÉROLA DO OESTE

Inicia na foz do Arroio Tateto no Lajeado Grande, desce por este até a foz do Corrego Tateto, sobe por este até sua cabeceira na estrada que liga Bela Vista à Esquina Gaúcha, segue por esta na direção geral Noroeste até defrontar a cabeceira do Corrego Gaúcho, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral leste até a cabeceira do Corrego Gaúcho, desce por este até sua foz no Lajeado Bonito, desce por este até sua foz no Rio Capanema".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.07.96.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

2ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª. LEGISLATURA ATA DA 68ª. SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 1996

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Bernaldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Alhanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zamusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Selene, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocélito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colago, Valdir Rossoni e Valmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Renato Adur (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 571/96, do Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Florivaldo Fier, que pede esclarecimento sobre "Processo de Contratação, da Empresa General Motors do Brasil Ltda., para recuperação de locomotivas". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 1175/96, do Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Ricardo Chab, que pede esclarecimentos sobre "envio do corpo de cachorro morto a tiros ao Instituto Médico Legal". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº ATCC 134/96, do Senhor Giovanni Gionédís, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, que pede esclarecimentos sobre "Super Bingão dos Importados". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº ATCC 144/96, do Senhor Giovanni Gionédís, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Ângelo Vanhoni, que pede esclarecimentos sobre "compra de imóveis para indenização de famílias que terão suas propriedades atingidas pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Salto das Cascadas". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Do Senhor Luciano Ducci, Secretário de Estado da Saúde em exercício, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Renato Adur, que pede esclarecimentos sobre "Hanseníase no Paraná". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 625/96, do Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações solicitado pelo Deputado Edno Guimarães, que pede esclarecimentos sobre "vigência do Decreto nº 4.333/88, que au-

toriza a exploração da "faixa de domínio" nas rodovias estaduais". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

OF. 113/96

Curitiba, 06.08.96.

Senhor Presidente.

Venho através do presente solicitar de Vossa Excelência, a prorrogação da intervenção do Município de Morretes até o dia 31/12/96.

Com a intervenção a administração e o município voltaram à normalidade. As ruas estão limpas, os servidores trabalhando e as irregularidades estão sendo apuradas pelo Tribunal de Contas e o Promotor de Justiça. A volta do Prefeito Júlio César Salomão pelo interventor Coronel Sérgio Malucelli, e conclusão das investigações sobre irregularidades pelo prefeito.

Certo de sua atenção, antecipadamente agradeço.

Atenciosamente,

(a) DOUTOR ROSINHA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 658

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação do Projeto de Lei nº 307/96.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 661

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, licença dos trabalhos parlamentares e da 3ª Secretaria pelo prazo de 60 dias, a partir da presente data, com a suspensão da remuneração durante esse período, por motivos de participação na campanha eleitoral majoritária em Cascavel.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 674

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da relação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 635

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei n° 062/96, que altera o art. 1° da Lei 11.219, de 08.12.95, que criou o Município de Arapuã.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 663

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Aurora Branco Costa, ocorrido dia 01.08.96.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.08.96

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 01 de agosto, faleceu, com a idade de 91 anos, a Senhora Aurora Branco Costa, que pertencia a tradicional família paranaense.

A extinta deixa quatro filhos: Antonio Costa, ex-Prefeito de General Carneiro, Sebastião Branco Costa, Rui Costa e Armando Costa.

O passamento de Dona Aurora Branco Costa, veio abrir enorme lacuna, deixando uma grande tristeza, não apenas entre os seus familiares, como em seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrir de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Sua serva Aurora.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre Dona Aurora, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoe a família de Dona Aurora Branco Costa, para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais sã, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, tranborda em toda a terra a sua graça. Guardará a Sua serva Aurora sob sua constante proteção, para que renovado

pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções, para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos deu participar.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Branco Costa, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 669

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ildeu Trindade Marcos, aos 71 anos de idade, ocorrido no dia 18.07.96.

Ildeu Trindade Marcos deixa 09 filhos (Elzy Eustáquia Lara Marcos, Maria Iraildes Lara Gomes, Marcos Rezende Marcos, Marcio Rezende Marcos, Edson Rezende Marcos, José Samuel Rezende, Jorge Rezende Marcos, Jussara Rezende Marcos, Lara Rezende Marcos).

Nascido em 23.03.25, viveu em Belo Horizonte onde estabeleceu-se como comerciante de roupas e encovais, com vendas pelo crediário que facilitava o pagamento para os compradores.

Homem honesto, trabalhador, profissional, amigo e solidário, Ildeu Trindade Marcos, com seu passamento, deixa uma enorme lacuna no seio de sua família, de seu vasto círculo de amigos.

Porém, nem o tempo, nem a distância poderão jamais apagar do nosso coração a lembrança e o exemplo desse homem que soube conquistar o amor, o carinho e a amizade de todos os que tiveram a oportunidade de conhecê-lo e conviver com ele.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família Trindade Marcos, enviando a ela voto de profundo pesar, endereçado aos filhos: Rua Américo Vespúcio, 785, casa 13, Bairro Novo Mundo, Curitiba-PR, CEP 81010-250; rogando a Deus que a todos conforte.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 628

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao

jornal "Caigara", de União da Vitória, pelo transcurso de seus 43 anos de fundação.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à direção do referido jornal, na pessoa de sua Diretora, jornalista M. da Luz Augusto.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Tenho sempre na lembrança uma frase que um dia ouvi do saudoso Presidente Tancredo Neves: "A imprensa sabe de sua importância e de suas responsabilidades na vida democrática. O mesmo amor é o de que presta a imprensa livre, mas rigorosa na fidelidade dos fatos".

Hoje, transfiro essas palavras diretamente ao profissional que participa do Jornal "Caigara".

O jornalismo é quase um sacerdócio, é uma vocação do bem servir.

Fundado em 12 de agosto de 1953, pelo saudoso Professor Didio Augusto, dirigido atualmente por seus filhos e netos.

A importância do jornal na vida moderna é indiscutível, assim como a sua influência decisiva na sociedade, seja como veículo de comunicação, seja como emissor de cultura, lazer, recreação, etc.

Inegável é também a participação do jornal para o desenvolvimento e o progresso da sociedade em todas as áreas.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, congratula-se com o jornal "Caigara", na certeza de que seus diretores, colaboradores e demais funcionários continuarão na luta para o sucesso cada vez maior desse importante veículo de comunicação de União da Vitória.

REQUERIMENTO N° 633

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, no Estado do Paraná, alusivos à inauguração da nova sede ocorrida dia 15 de julho do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência a Diretoria daquele Banco, através de correspondência a ser encaminhada à Av. João Gualberto, 530/570, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 636

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de louvor ao Comando

Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, pelo comemoração dos seus 142 anos de existência, comemorados no último dia 02 de agosto do corrente, conforme disposto no Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 06.08.96

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 637

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de voto de louvor a Diretoria Geral do Hospital de Clínicas "HC", na pessoa do Doutor Mário Sérgio Júlio Cerci, Diretor Geral do HC, bem como a todos os seus funcionários, pela comemoração do 35° aniversário, conforme disposto no artigo n° 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e que o mesmo seja enviado para a Rua General Carneiro s/n, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 638

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Alcedina Ribeiro e Antonio Carrido Martins, que completou 60 anos de união conjugal, comemorando Bodas de Diamante.

Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares!

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 639

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Luiz e Eladir de Oliveira Lopes, que completou 25 anos de união conjugal, comemorando Bodas de Prata.

Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casa-

mento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares!

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 640

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Domingos e Dolores Rosa Lopes, que completou 50 anos de união conjugal, comemorando Bodas de Ouro.

Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares!

o Sala das Sessões, em 06.08.96.

o (a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 641

o Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Lauriano e Flvira Almeida Finau, que completou 59 anos de união conjugal, comemorando Bodas de Ouro.

Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares!

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 642

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Joaquim e Donatila Lopes, que completou 50 anos de união conjugal, comemorando Bodas de Ouro.

Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares!

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 643

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, um voto de congratulações à nova Diretoria, Suplentes da Diretoria, Conselho Fiscal, Suplentes de Fiscal, Delegados e Suplentes de Delegados à FENACOR, do Sindicato dos Corretores de Seguros e de Capitalização no Estado do Paraná, eleitos para o triênio 1996/1999, que tomou posse em 01/07 do corrente: **Diretoria** Presidente: Robert Bittar; 1° vice-Presidente: Denizart Pacheco de Carvalho; 2° Presidente: Pedro Eyng; 1° Secretário: Artur Oscar Nogueira Hoff; 2° Secretário: Fernando Wagner de Abreu Duarte; 1° Tesoureiro: Arlindo Renato Toso; 2° Tesoureiro: Riad Klaimé; **Suplentes da Diretoria** 1° Suplente: Denis Pacheco de Carvalho; 2° Suplente: Mauri José Zanetti; 3° Suplente: Lúcia Osório de Castro; 4° Suplente: José Torres Sobrinho; 5° Suplente: Osni Roberto Gaspar; 6° Suplente: Octávio Schane Filho; 7° Suplente: Pedro Paulo Padim Amim; **Conselho Fiscal Efetivos** Presidente: Renato Bechara Amin; 1° Membro: Luiz Carlos Moscardini; 2° Membro: Luiz Antonio Abib; **Suplentes** 1° Suplente: Nivaldo Dias; 2° Suplente: Edison Francisco Gomes; 3° Suplente: Pedro Américo de Almeida; **Delegados à FENACOR - Efetivos** 1° Delegado: Renato Bechara Amin; 2° Delegado: Denizart Pacheco de Carvalho.

À nova Diretoria, Conselho Fiscal, Delegados à FENACOR e seus respectivos suplentes, nossos sinceros cumprimentos pela eleição, augurando-lhes votos de muitas realizações junto a este importante Sindicato. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 644

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que

se faça o registro em Ata dos trabalhos desta sessão, de voto de louvor, congratulações e muito aplauso à Senhora Leonor Carceréri, residente no Bairro Pilarsinho, nesta Capital, e que em 15/08 próximo vindouro completará 100 anos (um século) de vida. Nascida no ano de 1896 no Município de Campina Grande do Sul - PR, filha de João Evangelista e Marta de Souza Passos, casou-se com Humberto Carceréri, já falecido. Ainda hoje, mantém-se lúcida, possui boa saúde e é muito respeitria e admirada por todas as pessoas que lhe conhecem.

Este acontecimento é muito importante para ela, seus filhos, netos, bisnetos, enfim, por toda a sua família, amigos e para todos nós, portanto deve ser comemorado com grande alegria e orgulho. Enorme foi sua contribuição em seu lar, como esposa, mãe e também no seu meio de convívio, demonstrando sempre muito amor e humanidade com todos que lhe cercam. Pelo belo exemplo de vida, nos somamos aos seus familiares e amigos para homenageá-la, pedindo que esta Casa registre o fato e comunique à Senhora Leonor Carceréri o reconhecimento público que estamos lhe propondo, desejando-lhe muitas felicidades e que Deus a abençoe em todos os dias de sua preciosa vida.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 646

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Doutor José Ábila Filho, pela posse na Presidência do Sindicato das Empresas de Edição e Distribuição de Livros e Similares do Estado do Paraná, juntamente com os demais diretores eleitos e empossados em seu primeiro mandato (e que seja comunicado ao interessado).

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 651

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações, a Polícia Militar do Paraná, pelo 142° Aniversário de criação da Corporação.

A Polícia Militar do Paraná vem "assegurando a paz pública e auxiliando a justiça" nestes 142 anos de existência. Esta Corporação participou de momentos importantes e históricos na vida dos paranaenses e brasileiros.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência à Polícia Militar do Pa-

raná, em nome do Comandante Geral, Coronel QOPM Daniel Cesar Mainqué, à Rua Marechal Floriano, 1401 - Curitiba - PR, e também ao 1° Batalhão da Polícia Militar, na Cidade de Ponta Grossa, em nome do Tenente Coronel Francisco Antônio Arantes, à Rua Professor Cardoso Pontes, 985, Ronda - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 660

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Oliva Borato e Angelo Mocelin Pavin, que completou 50 anos de união conjugal, comemorando "Bodas de Ouro". Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o Casal e seus Familiares!

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 662

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Wilson e Berenice Gonçalves Pereira Pimpão que completou 25 anos de união conjugal, comemorando "Bodas de Prata". Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o Casal e seus Familiares!

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 673

SÚMULA: Requer conste na ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações ao Comandante da 5ª Brigada do Exército de Ponta Grossa, General Paulo Roberto Laranjeiras Caldas, ao

Prefeito Municipal Paulo Cunha Nascimento e ao Superintendente do Banco do Brasil, Luiz Antonio Paganini, pela criação do Projeto "Pelotão do Futuro", na Cidade de Ponta Grossa.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações aos senhores subscritos na súmula, pela criação do projeto "Pelotão do Futuro".

O Projeto tem por finalidade prestar orientação educacional e profissional para os menores, evitando sua permanência na rua. Através de cursos meninos e adolescentes carentes da cidade e região vão ser reintegrados à sociedade, numa tentativa de resgatar a cidadania. O referido projeto beneficiará inicialmente 60 meninos.

Requer ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência a 5.ª Brigada do Exército, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, a Superintendência do Banco do Brasil em Ponta Grossa, ao Ministério do Exército, ao Governo do Estado e ao Comando do Exército no Paraná.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 675

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido nos anais desta sessão, um voto de congratulações pela investidura, ocorrida na última semana em Brasília, do Exmo. Sr. Dr. João Oreste Dalazen no elevado cargo de Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho.

O Dr. Dalazen foi elevado a essa destacada função na magistratura nacional graças ao brilhantismo de sua cultura jurídica, à idoneidade de sua conduta pessoal e ao apoio geral da comunidade paranaense, onde Sua Excelência militou por vários anos como Juiz Presidente de Juntas de Conciliação e Julgamento, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho e antes, Procurador da Caixa Econômica Federal. O magistrado investido foi ainda, Professor de Direito das Universidades paranaenses, após ter se graduado e obtido grau de Mestre de Direito pela Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Luiz Carlos Zuk.

REQUERIMENTO N° 677

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário,

que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, REQUER, votos de congratulações pelos 40 anos de emancipação política do Município de Lobato-PR, localizado na região norte do estado.

Lobato destaca-se pelo dinamismo de seu povo, que muito contribuiu para o desenvolvimento do município. Sua economia está voltada para a agropecuária e indústria. O grande orgulho de sua população é a recém inaugurada Indústria de Laticínios Nossa Esperança do Paraná Ltda, que atende o mercado nacional, como também é uma grande exportadora do leite Longa Vida Líder.

Requer ainda que seja dada ciência, através de correspondência a ser enviada à Câmara de Vereadores do referido município aos cuidados da Senhora Tânia Martins Costa - Presidente - Câmara Municipal, R. Olívio Siviero, 631, CEP: 86790-000, e à Prefeitura Municipal, através do Senhor Fortunato Bergamo - Prefeito Municipal, R. Antonio Coletto, 1260, CEP: 86.790-000.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 678

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, REQUER, votos de congratulações pelos 36 anos de emancipação política do Município de Nossa Senhora das Graças -PR, localizado na região norte do Estado.

Nossa Senhora das Graças destaca-se pelo dinamismo de seu povo, que muito contribuiu para o desenvolvimento do município

Requer ainda que seja dada ciência, através de correspondência a ser enviada à Câmara de Vereadores do referido município aos cuidados do Senhor Aguilar Lopes - Presidente - Câmara Municipal, R. Pe. Anchieta, 131 - CEP: 86680-000, e à Prefeitura Municipal, através do Senhor João Roberto Lopes, - Prefeito Municipal, Deputado Nilson B. Ribas, 131 - CEP: 86680-000.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 634

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício à Secretaria de Estado de Segurança Pública, solicitando as seguintes providências em relação aos funcionários lotados na 16.ª Subdivisão Policial da Ci-

dade de Campo Mourão/PR: 1. inclusão dos mesmos na concessão do benefício do TIDE; 2. inclusão dos mesmos no benefício do Risco de Vida.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Diante das condições salariais desses funcionários que ocupam as funções de Auxiliar Administrativo, Operador de Telecomunicações, Auxiliar de Serviços Gerais, Auxiliar de Necrópsia e Contínuo que se dedicam em tempo integral e que correm risco de vida por prestarem serviços em Delegacias de Polícia, é urgente que o Estado leve os benefícios do TIDE e do Risco de Vida àqueles que, como seus colegas policiais civis, percebam estas vantagens.

REQUERIMENTO N° 626

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129, e seguintes do Reg. Interm), REQUER o encaminhamento de expediente ao Dr. Luiz Fernando Kuster, M.D. Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagens - D.E.R., e não pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Como é notório as cidades surgiram e surgem às margens de estradas e rodovias.

No Noroeste do Paraná, especialmente a Microrregião 10 da AMUNPAR que congrega 29 Municípios, não poderia ser diferente. Antes não existia cidades. Surgiram os primeiros distritos, que posteriormente - por força da lei - foram elevados à categoria de Municípios.

A grande maioria destas cidades, são utilizadas como caminho para o transporte da safra agrícola, mercadorias, bens, equipamentos, etc. para o Estado do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina e também para os países do MERCOSUL, e vice-versa.

Ao longo do tempo, as rodovias que adentram nestas cidades no interior, sofreram e sofrem um desgaste acentuado face o tráfego intenso de veículos.

A malha viária do interior do Estado é precária e deficiente.

Urge-se a realização de conservação das rodovias do interior, que adentram nas cidades.

O Departamento de Estradas de Rodagens - DER, nega-se a realizar tais serviços, entendendo que a competência é da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. Esta por sua vez, entende que os serviços de manutenção e reparos destinados à conservação das rodovias são atribuições do Departamento de Estradas de Rodagens -

DER.

Entendemos que a questão refere-se à conservação de rodovias estaduais já existentes no interior, que adentram nas cidades, e portanto compete ao DER - órgão vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes estes serviços.

Muito embora as rodovias "cortam" as cidades, não se trata de desenvolvimento urbano, os serviços de conservação, e sim o trato e cuidado necessário às vias de tráfego.

Por isso, apresentamos este requerimento, solicitando ao Presidente do DER sejam realizados serviços de conservação nas rodovias estaduais do interior que "cortam" as cidades.

REQUERIMENTO N° 649

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, encaminhando o abaixo-assinado contendo 5.334 (cinco mil, trezentos e trinta e quatro) assinaturas de apoio, coletadas em Campanha desenvolvida junto à população pelo Sindicato dos Bancários de Curitiba, FETEC e ADOC, no dia 12.06.96 em ato público realizado na Rua XV de Novembro, e encaminhadas a este Parlamentar através do ofício SEG 136/96 de 25.07.96, tendo em vista a importância do Projeto de Lei n° 185/96, que dispõe sobre as multas de mora nas áreas de atividade de prestação de serviços públicos ou relações de consumo de competência legislativa do Estado do Paraná.

O apoio apresentado visa contribuir para a agilização da tramitação do Projeto 185/96 e sua posterior aprovação, uma vez que este é de primordial importância para a população que não suporta mais as multas de 10% cobradas no atraso do pagamento das contas de água, luz e telefone, entre outras.

Face ao exposto, espera este Parlamentar, contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do solicitado.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 667

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, pedido de informação, ao Excmo. Sr. Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, solicitando a prorrogação da intervenção do Município de Morretes até o dia 31.12.96.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Com a intervenção a administração e o município voltaram à normalidade. As ruas estão limpas, os servidores trabalhando e as irregularidades estão sendo apuradas pelo Tribunal de Contas e o Promotor de Justiça. A volta do prefeito Júlio César Salomão neste momento impossibilitará a continuidade do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo interventor Coronel Sérgio Malucelli, e conclusão das investigações sobre irregularidades cometidas pelo prefeito.

REQUERIMENTO N° 631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Pedido de Informações ao Excelentíssimo Secretário de Estado de Agricultura e Abastecimento, Senhor Hermas Brandão, solicitando convênio estabelecido por esta Secretaria com a Pontifícia Universidade Católica do Estado do Paraná, para prestar assessoria ao Paraná Rural, cujo convênio têm valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) podendo o mesmo ser renovado pelo mesmo tempo e valor.

1. Quais os critérios para realização do convênio?
2. Por que não foi feito com as Universidades Públicas Estaduais e Federal?
3. Especificações das atribuições de assessoramento solicitado.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) ANGELO VANHONI

REQUERIMENTO N° 676

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições e ouvido o Plenário, REQUER à Mesa, seja transcrito nos Anais, artigo em anexo de autoria do Deputado Anibal Khury, intitulado "BAMERINDUS, Patrimônio do Paraná". Requer ainda, que da manifestação desta Casa, seja dado conhecimento ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Ministro da Fazenda e ao Senhor Presidente do Banco Central, todos em Brasília.

A fundamentação do pedido, está contida nos próprios termos do articulado, publicado nos principais órgãos de imprensa do Paraná, e que expressa a posição majoritária de nossa opinião pública na sustentação das instituições BAMERINDUS como patrimônio empresarial construído com arrojo e descortínio por um pugilo de paranaenses, sob a liderança do saudoso Avelino Vieira, a que deu continuidade seu filho o eminente empresário e homem público, Senador José Eduardo de Andrade Vieira.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) SÂMIS DA SILVA

Apoiamto: Carlos Simões, Algaoti Túlio, Ricardo Chab, Luiz Carlos Alborghetti, Albor Gomes, Milton Puppio, Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Martins, Iron-di Pugliesi, Remy Borsatto, Nereu Moura, Walmor Trentini, Valdir Rossoni, Angelo Vanhoni, Edson Silva Lino, Antonio Annibelli, Geraldo Cartário, Neivo Beraldin, Cesar Silvestri, João Techy, Toti Colago, Edgar Bueno, José Tavares, Augustinho Zucchi, Nelson Turack, Luiz Claudio Romanelli, Orlando Pessuti e 01 ilegível.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 342/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - CODAEC, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Comunitário de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural, tem prestado relevantes serviços à comunidade que abrange, principalmente no que toca aos seus interesses coletivos.

Portanto, é meritório ser declarada de Utilidade Pública, para que possa fruir das prerrogativas decorrentes e aperfeiçoar, ainda mais, suas atribuições sociais em benefício de um conjunto significativo de cidadãos.

Sendo assim, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis e conseqüentemente aprovação, ao projeto de lei que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI N° 343/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Entre Amigos do Conjunto Camponesa, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(aa) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública através do presente plano de lei, comprovou através de sua existência a sua motivação de trabalhar em prol da coletividade, sendo assim é de justiça a propositura que pretendemos aprovar.

PROJETO DE LEI N° 344/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Jardim Gabinete, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública através do presente plano de lei, comprovou através de sua existência a sua motivação de trabalhar em prol da coletividade, sendo assim é de justiça a propositura que pretendemos aprovar.

PROJETO DE LEI N° 345/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Padre Colbacchini, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública através do presente plano de lei, comprovou através de sua existência a sua motivação de trabalhar em prol da coletividade, sendo assim é de justiça a propositura que pretendemos aprovar.

PROJETO DE LEI N° 346/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir programa social de implantação da rede de água e esgoto com o objetivo de beneficiar famílias carentes, subsidiando nestes casos 75% da taxa cobrada pela SANEPAR.

§ 1° - Para os fins deste artigo, con-

siderar-se-ão carentes as famílias que tenham renda de até três salários mínimos ou 0,8 (oito décimos) do salário mínimo por familiar, e moradia de até 70 metros quadrados.

Art. 2° - O Poder Executivo subsidiará a instalação da rede de água e esgoto para as pessoas beneficiadas nesta lei através de linha orçamentária específica, a partir do próximo exercício financeiro, regulamentando a presente lei em um prazo de 90 dias.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(aa) EDGAR BUENO

CEZAR SILVESTRI

Apoio: Miltinho Puppio.

JUSTIFICATIVA:

Água tratada e rede de esgoto são necessidades básicas do ser humano, e mais que necessidades elas são um direito do cidadão. Entretanto, a SANEPAR cobra hoje aproximadamente um salário mínimo para efetuar a ligação em residências que ainda não possuem este serviço. Esse valor, mesmo que parcelado, evidentemente é elevado para famílias de baixa renda, que têm de continuar em condições precárias de vida.

É neste momento que deve estar presente a ação estatal, subsidiando aqueles que não podem arcar com os custos do mais básico dos serviços públicos. Luz e telefone ainda podem ser considerados "luxos" de uma sociedade moderna, mas água tratada e esgoto dizem respeito à saúde e higiene, devendo o Estado propiciar esse mínimo necessário às famílias mais carentes.

Além disso, a SANEPAR tem hoje totais condições, no interior do Estado, de expandir sua rede de água e esgoto. No entanto as famílias pobres não podem arcar com os custos dessas ampliações, impedindo o progresso e a melhoria da qualidade de vida da população.

São por esses motivos que solicitamos aos nobres Pares a aprovação do presente projeto de lei, que trará grandes melhorias na qualidade de vida dos mais carentes, justificando assim a próxima existência do Estado, que é o bem-estar comum.

PROJETO DE LEI N° 347/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres "Dom Bosco", da Escola Estadual Theobaldo Miranda Santos, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições que contrariem a presente lei.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres "Dom Bosco" da Escola Estadual Theobaldo Miranda Santos, de Maringá, pessoa jurídica de direito privado, "é uma instituição auxiliar do Estabelecimento de Ensino e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros". (Art. 2º do Estatuto da Entidade).

A APM "Dom Bosco" da Escola Estadual Theobaldo Miranda Santos, de Maringá, está situada na Rua Barroso, 787, Zona 03, em Maringá, e "tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade". (Art. 3º do Estatuto da Entidade).

Seu estatuto foi devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, de Maringá, em 20 de agosto de 1982, sob nº 840 do Livro "A"-1 "Pessoas Jurídicas".

PROJETO DE LEI Nº 348/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Suprema Ordem de Umbanda e Candomblé do Brasil - SOUCB, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede a Av. Paraná, 2581, no Bairro Boa Vista, na Cidade de Curitiba, é constituída sob forma de sociedade civil, de caráter federativo, religioso, filosófico, filantrópico, cultural, educacional, social, recreativo, condecorativo, cooperativo e beneficente, sem fins lucrativos, duração indeterminada, com personalidade jurídica própria e direitos garantidos e assegurados pela Constituição Federal e pela Carta dos Direitos do Homem, aprovados pela ONU.

A Suprema Ordem de Umbanda e Candomblé do Brasil - SOUCB, tem por finalidade a congregação e unificação dos grupos religiosos de estudos, fomentar a mais estreita cordialidade entre as entidades filiadas ou não, promovendo maior entrelaçamento

através de intercâmbio cultural, espiritual, educacional, religioso, social, recreativo e cooperativo; prestar assistência às pessoas carentes, gratuitamente, por intermédio das Tendões, Terreiros, Centros, Cabanas filiadas, bem como entidades ou órgãos convenionados; manter departamento jurídico para defesa dos interesses dos filiados; manter um departamento de atendimento médico, odontológico, farmacológico e hospitalar através de convênios e/ou instalações próprias; atuar junto aos poderes públicos a fim de obter medidas necessárias à religião Umbandista e Candomblecista, e demais entidades unificadas; respeitar as leis constitucionais e poderes constituídos.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6.994/78, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho desta entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 349/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fixar em até 2% (dois por cento), o índice das multas cobradas pelos órgãos da administração direta, indireta e autárquica do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Em face da estabilidade da moeda, torna-se inadmissível a cobrança de multas nos índices que vêm sendo praticados.

Não seria justo o próprio Poder Público, direta ou indiretamente, através de seus órgãos, penalizar ainda mais o contribuinte brasileiro já tão penalizado pela má distribuição de renda existente no nosso País.

O presente plano de lei visa normatizar uma situação, nitidamente injusta, já que nos índices fixados anteriormente estava embutida uma inflação galopante.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 350/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade

Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual "Oberon Floriano Dittert", com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições que contrariem esta lei.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual "Oberon Floriano Dittert", de Maringá, pessoa jurídica de direito privado, "é instituição auxiliar do Estabelecimento de Ensino e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros".

A APM do Colégio Estadual "Oberon Floriano Dittert" está situada na Avenida Colombo, 3.690, em Maringá, e "tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade". (Art. 3º do Estatuto da Entidade).

Seu Estatuto foi devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos de Maringá, em 27.11.81, sob nº 706 do Livro A-1 "Pessoas Jurídicas".

PROJETO DE LEI Nº 351/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres "Castro Alves", da Escola Estadual "Santa Maria Goretti", com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições que contrariem esta lei.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres "Castro Alves" da Escola Estadual "Santa Maria Goretti", de Maringá, pessoa jurídica de direito privado, "é instituição auxiliar do Estabelecimento de Ensino e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros". (Art. 2º do Estatuto da Entidade).

A APM "Castro Alves" da Escola Estadual "Santa Maria Goretti" está situada na Rua Paranaguá, em Maringá e "tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na

integração família - escola - comunidade". (Art. 3º do Estatuto da Entidade).

Seu Estatuto foi devidamente registrado no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas em 27.10.95, sob nº 05/770 Livro A-1.

PROJETO DE LEI Nº 352/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído no calendário de eventos do Estado do Paraná o dia do Instrumentador Cirúrgico, a ser comemorado no dia 06 de maio de cada ano.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A figura do instrumentador cirúrgico surgiu pela primeira vez na Idade Média, evoluindo no século XIX, considerado o século dos cirurgiões. Mas foi no século XX que houve uma grande evolução da cirurgia e conseqüentemente do instrumentador cirúrgico, tornando-se peça fundamental.

Foi escolhida esta data por ser a data de nascimento do mestre Jean Henri Dunant, que na Batalha de Solferino, auxiliava os cirurgiões repassando os instrumentos cirúrgicos para amenizar o sofrimento dos guerreiros e mesmo não tendo sido denominado instrumentador cirúrgico ficou mundialmente conhecido como tal.

Dados aos reais fatos históricos que marcam a existência profissional do instrumentador cirúrgico nada mais justo que se comemore o seu dia.

Para tanto conto com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 353/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos do Programa Acoradouro, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos do Programa Acoradouro, sem fins lucrativos, tem por objetivo auxiliar na recuperação de pessoas que queiram deixar de fazer uso

indevido de drogas, sem distinção de qualquer espécie, raça, cor, idioma, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição.

Acompanha o presente Plano de Lei, documentos que preenchem os requisitos da legislação que regulamenta a matéria.

Face ao exposto, entendemos justa a presente proposição, solicitando assim o apoio aos nobres Pares a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Finda a leitura do Expediente no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Está fazendo 60 dias da intervenção na Cidade de Morretes. No dia em que esta Casa votou a intervenção naquela Cidade a população de Morretes de uma maneira geral ficou alegre e muito feliz de ser livre, pelo menos, temporariamente do Prefeito Júlio César Salomão. Agora, faz 60 dias que essa intervenção ocorreu e ela foi declarada, e decretada por 60 dias.

Srs. Deputados, sobre a Mesa há um Requerimento de nossa autoria, pedindo ao Governador e um Ofício pedindo ao Presidente desta Casa para que prorroque a intervenção naquela Cidade.

Nesses últimos 60 dias estive em Morretes por três ocasiões, a última inclusive sexta-feira da semana passada. A população de Morretes não deseja mais a volta do Prefeito Júlio César Salomão. A cidade encontra-se limpa. Os serviços públicos estão funcionando. O serviço de limpeza pública está sendo agilizado e a frota pública está sendo reformada sem praticamente nenhuma ajuda a mais do que aqueles 200 mil que foi liberado na época em que o Presidente desta Casa ocupava o Palácio Iguazu.

Com orçamento e arrecadação própria Morretes está voltando a ser uma Cidade bem administrada e a sua população feliz.

Nesse período o Promotor Público da Comarca de Morretes tem feito levantamentos das irregularidades, bem como tem sido feito auditoria pelo Tribunal de Contas que tem demonstrado irregularidades. Para os Senhores terem uma idéia, Srs. Deputados a conta de luz da Prefeitura não era paga, mas a da casa do Prefeito era paga com o dinheiro da Prefeitura.

Este homem não merece voltar a reassumir aquele cargo em Morretes.

Por isso, pedimos a compreensão e o apoio de todos os Srs. Deputados para votarem esse Requerimento prorrogando o prazo de intervenção até 31 de dezembro de 1996. Para que após o processo eleitoral o

Prefeito democraticamente eleito reassuma as funções públicas de administrar aquela Cidade.

Júlio César Salomão, perdeu a confiança daquela população. Aquela população não o deseja de volta, porque a volta dele, hoje, para aquela Prefeitura, significaria barreiras no sentido de impedir auditorias que estão sendo realizadas pelo Tribunal de Contas, impediria provavelmente a averiguação de documentos do seu período de administração que vem sendo tanto pelo Tribunal de Contas como pelo Promotor Público daquela Cidade.

Assim Srs. Deputados solicitamos o apoio de todos para que esta Casa que afastou, contribuiu para o afastamento daquele Prefeito não se omita permitindo que ele reassuma as suas funções. O desejo daquela população é continuar com o interventor e eleger em 03 de outubro o candidato eles desejam para assumir a partir do dia 01 de janeiro. Mas não querem mais a volta de Júlio César Salomão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Próximo orador inscrito, ilustre Deputado Emerson Nerone.

O SR. EMERSON NERONE - Sr. Presidente,

Srs. Deputados. Vai ser distribuído nesta tarde aos Senhores um panfleto intitulado "Roubo na PM". Este panfleto foi rodado aqui na gráfica da Assembléia dentro da cota de impressão que cada Deputado tem direito, justamente para tentar esclarecer um pouco a forma, Deputado Alborghetti, com que foi votado o reajuste dos PMs. Senhores Deputados que estão em campanha, Senhores Deputados que não estão em campanha mas estão fazendo campanha para outros vão ser cobrados duramente durante a campanha, dos policiais militares do Paraná inteiro sobre este reajuste diferenciado, por isso é interessante que a gente preste bem atenção neste jornalzinho, nas explicações dadas de forma que nós possamos entender aonde erramos e aonde a gente vai poder depois interferir.

Howe um aumento diferenciado entre Coronéis, Tenentes-Coronéis, Majores e Capitães. Estes quatro escalões da Polícia Militar tiveram reajuste médio de 150% repassados em treze meses de Maio de 96 a Maio de 97. Esta Lei foi votada agora em Abril na Assembléia Legislativa. Junto com este reajuste médio de 150, 145%, foi votado também o reajuste dos Soldados, dos Cabos, dos Sargentos dos Sub-tenentes e dos Tenentes. O reajuste médio foi na ordem de 60%. A grande desculpa que o Comando dava para a imprensa e para os Deputados é que eles estavam sendo pegos pelo redutor. Uma vez que eles caem no redutor, o Comando passava a ter um reajuste médio

igual ao dos outros soldados, mas qual foi a nossa surpresa que no começo de junho, estampado na segunda folha do Jornal da Associação do Comando da Polícia Militar do Estado, a seguinte ilustração: "Ação direta de inconstitucionalidade vai garantir direitos dos Policiais Militares".

A desculpa do comando para aumentos diferenciados era justamente que eles caíam no redutor e na seqüência a própria Associação do Comando da Polícia Militar do Paraná, estampa a manchete de que uma ação de inconstitucionalidade vai derrubar o redutor.

Por isso era mentira a desculpa que o redutor era o motivo do aumento diferenciado. Segundo, o aumento diferenciado se deu segundo eles, porque o redutor barraria o seu reajuste salarial.

Agora provavelmente até o final do mês, nós vamos votar na Assembleia Legislativa, um reajuste para o quadro geral da Polícia Militar do Paraná.

Este reajuste vai interferir diretamente no valor do redutor, uma vez aumentado o redutor, aumenta-se os proventos do Comando da Polícia Militar do Paraná, proporcional ao aumento que tiver o quadro geral.

Caso seja 12%, 12% vai de reajuste para Comando da Polícia Militar do Paraná. Então, Senhores, este boletim tenta esclarecer, eu vou voltar a discussão amanhã, após ter conversado com os Senhores, discutido isso, vou tentar passar de Gabinete em Gabinete, nós vamos tentar conversar e estes reajustes para que a gente possa entender direito aonde erramos, aonde a Assembleia Legislativa errou e aonde o Comando da Polícia Militar do Paraná enganou a própria Secretaria de Administração, a Secretaria da Fazenda e aonde que o Comando da Polícia Militar enganou o Governador Jaime Lerner.

Eu não acredito que o Secretário Cândido Martins, tenha sido enganado não. Acho que ele foi conivente com este aumento diferenciado, acho que ele é daquela política de que dando aumento para os Coronéis, para o Comando, você segura qualquer tipo de disputas na tropa, quer dizer, a tropa da Polícia Militar do Paraná que estava meio agitada, foi barrada toda esta agitação, exatamente com aumento muito maior para os Coronéis, e este é o típico aumento que se dava na época da ditadura, amarra-se as pontas, amarra-se o comando e a tropa tem que seguir.

O motivo principal para a gente tomar cuidado com este aumento diferenciado é o fato de todo o comando da Polícia do Paraná é constituído de 350 homens, enquanto que o efetivo da Polícia Militar do Paraná é de 16 mil homens.

Portanto, Senhores, quando nós formos

pedir votos para os policiais militares, quando nós formos pedir votos para os soldados, primeira e segunda classe, para os cabos, para os sargentos, de primeira, segunda e terceira, para o sub-tenente ou para o tenente, nós vamos ter que explicar para eles porque é que 15.500 soldados tiveram aumento em média de 60% em treze meses e porque que é que o comando foi privilegiado com aumento de 150%.

Quero só lembrar que naquele período em que discutíamos muito aqui na Assembleia, o reajuste dos professores, eu e o Deputado Eduardo Trevisan estivemos presentes naquele dia, naquela manhã, no Colégio Paraná, ainda naquela greve, que estava para se acabar com o reajuste que nós votaríamos à tarde, os Deputados do Paraná todos preocupados em estudar a tabela, o Deputado Alqaci Túlio, como Líder do Governo, interferindo diretamente nas negociações com o governo e fomos pegos de surpresa quando em meio a toda a discussão salarial de reajuste dos professores, o comando da Polícia Militar enfiou na mesma mensagem um aumento diferenciado completamente imoral, ajudando somente os 350 comandantes da Polícia Militar do Paraná.

Sei e tenho informação, inclusive de Coronéis, de que este aumento diferenciado não foi bem visto por parte da corporação do Paraná, por parte do comando do Paraná, que entende que é muito complicado para explicar para a sua tropa um aumento diferenciado.

Tive telefonemas de parabenização a partir deste jornal de comandantes, de coronéis, de tenente-coronéis, de capitães, de majores, que não concordavam com este aumento diferenciado, porque mesmo que privilegiados monetariamente, eles estavam acucados dentro dos quartéis porque os soldados revoltados que estão com esta diferenciação, lhes cobram aquela dita conduta ilibada que muitos apregoam e de fato muitos apregoam.

Quero agora aqui me congratular com a presença do Deputado Valdomiro Meger, Deputado Federal pela região de Maringá, que se faz presente. Ao Deputado Valdomiro Meger, as nossas boas-vindas.

Então, Senhores Deputados, está sendo distribuído para todos os Senhores, nós vamos ter que explicar isto para os Policiais Militares do Paraná, vamos ter que arranjar alguma forma de consertar este erro.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Permite um aparte, Deputado?
(Assentimento)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vossa Excelência já entra no horário do PT e

por isso o aparte é concedido.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Concorde com Vossa Excelência em número, gênero e grau.

Em primeiro lugar, têm coisas que eu não entendo, sou um Deputado muito independente, voto com a Bancada do Governo quando acho conveniente, quando vem de interesse à família brasileira do meu Estado, não me considero um Deputado de Londrina, de Curitiba, me considero um Deputado do Paraná, porque fiz votos em todas as cidades do meu Estado.

Então, tenho obrigação, onde fiz um voto, de dar uma satisfação a este eleitor. Mas, parabênize Vossa Excelência, Deputado Emerson Nerone, pela coragem, já tinha comentado isso no meu programa de televisão por várias vezes, hoje voltei a comentar a uma e meia da tarde, em rede estadual, o Paraná inteiro me vendo porque fico preocupado com a minha Londrina, com a minha Curitiba, com todas as cidades do Paraná, porque o Policial Militar, me perdoe Deputado Nerone, ele, todo mundo reclama de falta de segurança agora, Deputado Nerone, como pode um policial militar morar numa favela?

Como é que pode um policial militar sair de manhã da sua casa ganhando um salário de miséria, ganhando um salário cretino, imbecil, idiota entendeu?

E depois não sabe se vai retornar à sua casa, não sabe se vai retornar vivo. Por isso que até parabênizei a atitude do meu Governador Jaime Lerner de fazer esse seguro para os policiais. Até que enfim abriram a cabeça. Até que enfim fizeram um seguro, até que enfim o meu palácio, votei no meu Governador, ele abriu, agora o policial vai ter um seguro, o policial vai ser amparado. Agora, quanto a isso tudo bem, vai aqui o meu voto de aplauso ao Senhor Governador do meu Estado, mas vai o meu repúdio a esta situação que Vossa Excelência denuncia, vou mostrar amanhã no meu programa de televisão, vai anexar a tudo aquilo que eu tenho ouvido.

E parabênize Vossa Excelência. Nós temos que repensar, a Polícia Civil está ganhando bem: agora, a Polícia Militar está ganhando um salário de privada, cretino, sacana. Não posso admitir. Deputado Nerone, qual é o trabalhador que sai de casa ganhando um salário de miséria, ter que enfrentar bandido, tem que enfrentar uma viatura às vezes sem gasolina, tem que enfrentar tantos problemas, depois chega em casa à noite sem dinheiro, não tem dinheiro para comprar o pão. Gostaria que a gente tivesse aqui uma tarde inteira para fazermos uma reflexão daquilo que é verdade que Vossa Excelência publica aqui.

Digo em meu nome, digo em nome do De-

putado Ricardo Chab, não digo tanto o Deputado Algaci porque ele é Líder do Governo, respeito, ele já tem um programa mais político, informativo, o Deputado Antônio Belinati, que na televisão, no seu programa antes de sair do ar recentemente, isso eu digo, Deputado Antônio Belinati que é candidato a Prefeito da minha cidade, recentemente, antes de sair do ar na Rede Independência, ele fez um pronunciamento muito sério a respeito da situação da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Então, até cedo depois o horário do PTB a Vossa Excelência para ter mais tempo para falar.

E digo a Vossa Excelência, com toda razão Deputado Nerone, vou ler o editorial de Vossa Excelência, de primeiro nota dez, e o que consta aqui dentro Deputado Antônio Belinati, realmente é aquilo que Vossa Excelência comentou na televisão, é aquilo que tenho comentado é aquilo que o Deputado Nerone, está aqui.

Nenhum policial Deputado Belinati vai sair de casa satisfeito sabendo que o seu Coronel está sentado numa mesa bonita, ganhando maravilhosamente bem e ele ganhando um salário de privada.

Ninguém está satisfeito, não existe isso, me provem ao contrário, qual é o soldado da polícia militar que tem que sair na rua a meter a máquina, prender, ser chamado de ladrão, de corrupto, de bandido, ganhando o salário que ganha neste Estado?

E não é só aqui não, é em todo o País. A Polícia Militar tem que ser respeitada. Nós temos que criar vergonha na cara dentro deste Parlamento e votar um projeto aqui decente para essa Polícia Militar do Paraná. É a minha maneira, sou independente, a Polícia Militar do Paraná merece mais respeito.

Muito obrigado.

O SR. EMERSON NERONE - Obrigado. Concedo um aparte do Deputado Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab - Gostaria de cumprimentar o Deputado Nerone e o Deputado Alborghetti, também pela discussão levantada na Casa.

Tenho sido procurado com frequência por esposas de policiais militares, tenho recebido correspondências. Enviei, outro dia inclusive, correspondência através de um ofício do meu gabinete, ao Comandante Geral da Polícia Militar, aonde eles demonstram a insatisfação com relação ao aumento diferenciado de salário.

Realmente há hoje, colocou muito bem o Deputado Alborghetti, coloca muito bem V. Exa., essa insatisfação. E aqueles oficiais que têm consciência do poder, que sabem o que querem para a gloriosa Polícia

Militar, também não estão contentes com o aumento diferenciado. Eles sabem, com o repto que dá o Deputado Alborghetti, quando fala: "o coitado do policial militar na linha de frente, não sabe se volta vivo para casa". E esse é o que recebeu o aumento menor no percentual de seu salário!

Então acho que dá tempo para corrigir, acho que devemos voltar à discussão. Inclusive coloquei numa reunião com oficiais do Clube dos Oficiais da Polícia Militar, quando convidado fui para lá debater a questão do aumento. Eles não estavam descontentes, eles não estão descontentes com relação ao aumento, eles estão descontentes sim com a maneira diferenciada do aumento. E aquele oficial que tem consciência, também está descontente, porque ele sabe que ele poderia suportar, agora não poderia suportar o soldado, não poderia suportar o cabo, como disse o Deputado Alborghetti.

Então, acho que nós todos, num esforço conjunto, como foi feito pelo Deputado Alqaci, pelo Deputado Anibal Khury, nesta Casa, temos que falar a verdade, para que fosse dado o aumento, porque o Governo não tinha dinheiro para dar o aumento e esta era a tônica, e a Polícia poderia parar, não se deixou a Polícia parar. Porém nós tivemos alguns erros de percurso, não diria erro, não diria até má-fé, eu diria uma falha talvez na continuidade do trajeto. Acho que deveríamos corrigir isso!

Por isso parabênizo V.Exa., parabênizo o Deputado Alborghetti. Pela maneira como se coloca esta questão hoje, acho que dá tempo. E V.Exa. coloca muito bem no seu jornal, Deputado Nerone, quero parabenizá-lo, quando coloca aqui, com clareza, que há uma distorção, realmente há uma distorção, agora esta distorção é este Poder que tem que corrigir.

Muito obrigado.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Deputado Nerone, só um segundo.

Cometi uma injustiça, na luta que o Deputado Alqaci Túlio fez para que houvesse este aumento, concordo com o Deputado, não podemos aqui mentir, não podemos ser canalhas. O Deputado Alqaci Túlio fez uma luta muito grande, como Líder do Governo, para que a Polícia não parasse. O que não concordo é a distorção! Mas há tempo de nós nos unirmos e acabarmos com esta distorção!

Porque é importante se dizer aqui, e ninguém diz, que o Governo do meu Estado criou um seguro para o policial do meu Estado agora. E é importante que se diga isso, porque ninguém fala, ninguém abre a boca! O Governador Jaime Lerner criou, até que enfim, um seguro para o policial militar, para o policial civil, que morrer

agora no seu trabalho! Agora quero dizer a V.Exa. que esse assunto me deixa nervoso, porque eu tenho conversado, é duro você ver um policial chegar no seu gabinete e pedir uma cesta básica, caderno, lápis... Nós não fazemos assistencialismo aqui dentro, eles nos procuram e nós temos que atendê-los! Nós temos obrigação! Isso é que se chama cidadania e ação social! Nós não somos assistencialistas! Então concordo com V.Exa., V.Exa. foi feliz, nesta tarde, Nerone. Então vamos repensar, V.Exa. o Deputado Alqaci, que também milita nessa área, dá a sua vida, nós todos vamos repensar isso aí e fazer com que a melhor Polícia Militar do Brasil continue sendo a Polícia do Estado do Paraná.

Muito Obrigado.

O Sr. Emerson Nerone - Vou dar os índices de reajuste diferenciados aqui, para os Srs. entenderem. Esses índices foram divididos em 13 meses, portanto de maio até maio com índices iguais mensalmente o Comando e toda a corporação vai receber.

Enquanto o Coronel vai receber 155%, Tenente-Coronel 140%, Major 137% e o Capitão 160% de reajuste, a desculpa deles é que eles caem no redutor, mas é mentira, porque o próprio jornalzinho do comando diz que a Ação Direta de Constitucionalismo está praticamente ganha e esse jornal aqui desmente completamente o Comando que deu essa desculpa para toda a imprensa, desculpa para os Deputados. Enquanto isso o soldado de primeira classe, o soldado de segunda classe e o cabo da Polícia Militar, que perfazem um total de 13.500 homens no Paraná, receberam respectivamente 59, 59 e 83% de reajuste. Portanto, assim como fala no editorial do meu jornalzinho, o aumento concedido não foi ruim em termos percentuais, mas extremamente injusto do ponto de vista da distribuição e do escalonamento porque os oficiais receberam já no primeiro mês quase que integralmente o reajuste, enquanto que os postos de graduação hierarquicamente inferiores terão que esperar um ano para receber um reajuste muito menor.

Segundo, durante todo o processo, e aí o Deputado Alborghetti, queria parabenizar pela forma com que V.Exa. e o Deputado Ricardo Chab se pronunciaram, mas quero dizer dessa tribuna sim, acho que foi não só imoral, como foi extremamente planejado esse reajuste por parte do Comando. Quero lhe mostrar o seguinte: foi feito um grupo de estudo para dar um reajuste. Comento aqui no jornal inclusive, que parece que o Governador partiu de um valor absoluto aí um gasto em torno de 15 milhões, e disse para o Comando: "olha, façam as contas e distribuam equitativamente esses valores". Mas o comando da Polícia Militar formou

uma equipe de estudos de Capitães, de Maiores, de Tenente Coronel e de Coronéis. Não havia nenhum soldado representado, o único soldado representado, aliás o único representante dos soldados me parece que é o Sargento Argeniro, não tinha direito a voz. E olha, esse não tinha direito a voz, ele não vai confirmar, é que estou afirmando aqui, ele não tinha direito a voz, porque quem me disse isso foi um Comandante, se ele falasse, podia até falar, mas iria ser punido depois no quartel. E segundo, não foi aceito representação das Associação das Mulheres, das Associações dos Cabos e Soldados, e eles não puderam fazer parte disso.

Por isso, Deputado Algaci Túlio, quero deixar claro isso que nós colocamos no Editorial, o aumento de 60% de reajuste para a Polícia Militar do Paraná, é um reajuste histórico, muito tempo vem sendo pedido esse reajuste. O que não dá para entender é que o Comando, se aproveitando da boa vontade do Governador Jaime Lerner, dê reajuste de 60% para os cabos e soldados, e ao mesmo tempo 150, 160 para eles, sob a desculpa de que eles seriam atingidos pelo redutor. Primeiro, redutor não é discussão do Comando, redutor é uma política salarial do Governador Jaime Lerner com relação a todos os órgãos desse Estado que ganham mais do que vinte vezes o piso. Portanto, não é para eles discutirem isso numa tabela diferenciada. Segundo, assim que houver um aumento agora para o Quadro Geral, o Comando da Polícia Militar do Paraná vai receber o reajuste, via aumento do redutor. Então essas duas desculpas eram completamente furadas.

Tem o aparte do Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Muito obrigado Deputado Nerone.

O que me preocupa é quando vejo no seu Jornal, abrindo com o Manchete "Roubo na PM", V.Exa coloca a primeira vista, que a nossa PM está envolvida num roubo. Isso é muito perigoso. Acho que jornalisticamente, me permita o companheiro, a sua assessoria jornalística não atentou para esse detalhe. A manchete não foi das melhores.

O SR. EMERSON NERONE - Essa idéia foi desse próprio Deputado. Portanto, assumo integralmente.

O Sr. Algaci Túlio - Acho que vai pegar muito mal, vai dar a entender que está havendo roubo na Polícia Militar, envolvendo a Corporação, e a Corporação merece todo o nosso respeito.

Segundo lugar, a questão do estudo do aumento da Polícia Militar foi bastante discutida a nível de Secretário da Administração, Secretário da Casa Civil, do

Comando Estado Maior da Polícia Militar, do Governo do Estado, do Presidente desta Casa, da minha pessoa, enfim de todos aqueles que tiveram acesso direto a essas negociações, inclusive envolvendo os próprios policiais militares de um modo geral. Tenho a impressão da melhor boa vontade. Encontrou-se no momento uma solução para a questão angustiante do policial a nível de soldado, cabo, sargento, Subtenente, Capitão, Coronel, enfim todos os segmentos da sociedade. Tenho a impressão de que as próprias esposas de militares também sentiram naquele momento. Entenderam que era a solução que podia ser dada naquela ocasião. Se, por um acaso escapou até da nossa fiscalização aqui um item, algum setor da Polícia Militar possa ter tido alguma vantagem, quero dizer que ela não foi proposital, nem da parte da própria Polícia Militar e muito menos da equipe que estudou esta questão. Mas, de qualquer maneira, eu acho que nós resolvemos um problema momentâneo da Polícia Militar. Nós já vemos um pouco da tranquilidade no seio da Corporação. Claro, que o ideal seria resolver todos os problemas no mesmo instante. Mas, sabe Vossa Excelência, eu até dou como exemplo, se me permite, não querendo tirar proveito da situação, a questão da Prefeitura de Londrina que, na semana passada os funcionários fizeram uma greve reclamando que, há quatro meses estão em situação difícil. Então veja, como é difícil para Londrina atender os seus Servidores, é difícil para o Governo do Estado atender também a Corporação da Polícia Militar, a própria Polícia Civil que também tinha situação difícil, nós conseguimos num esforço muito grande resolver em parte o problema.

Eu queria deixar bem claro para o Deputado que, não houve má fé desta Casa, não houve má fé do Estado Maior da Polícia Militar que, se uma falha aconteceu na discussão da Mensagem passou despercebida. Eu tenho certeza que nós resolvemos em parte a situação da Polícia Militar e da Polícia Civil.

O SR. EMERSON NERONE - Deputado Algaci Túlio, primeiro, quem não está recebendo os salários há quatro meses é exatamente quem ganha muito, lá a gente paga os salários para quem ganha pouco porque é ele que precisa receber o salário em dia quando não se tem caixa, aí você tira de onde não tem e paga, e quem ganha muito ficou de fato quatro meses sem ganhar. Mas, aqui é o contrário. Aqui quem ganha pouco recebeu 4% no primeiro mês; o Coronel recebeu 29%; o Capitão recebeu 34% no primeiro mês. Portanto, este aumento diferenciado é completamente injusto.

Segundo, dizer que não foi proposital,

que foi uma falha, pois eu entendo que foi uma falha da Assembleia Legislativa que, aceitou em toque de caixa essa Mensagem. Eu sou membro da CCJ, eu estava lá, porque nós tínhamos que votar aquele dia senão não seria rodada a folha de pagamento. Portanto, a análise dessa complexa tabela da Polícia Militar do Paraná não podia ser feita em um dia não. Mas, que esta análise detalhada do Comando da Polícia Militar para dar um reajuste diferenciado burlando o reletor de salário, isso é tão verdade, pois eu lembro que um jornalista da "Folha de Londrina" que indagou um Comandante da Polícia Militar dizendo: "Olha, o Deputado está dizendo que o aumento diferenciado é injusto", tinha saído na "Folha de Londrina" no dia anterior, onde as esposas dos Policiais Militares haviam feito um manifesto, e o Comandante se defendeu dizendo que: "eles precisavam dar aumento diferenciado para fugir do reletor"; na sequência, no seu jornal dizem que, uma ação de inconstitucionalidade vai derrubar.

Portanto, eu só posso entender que houve sim má fé, mas má fé por parte do Comando. Eu tenho certeza que, a Secretaria de Administração, que o Governador Jaime Lerner, que o Secretário da Fazenda, que os Deputados Estaduais do Paraná, não houve por parte de todos má fé. Mas, é evidente que temos que fazer alguma coisa para reparar esse erro. E, se é verdade que há um bom reajuste de 60% em treze meses para a Polícia Militar do Paraná, é verdade também que a tropa hoje está descontente, porque assim como falou o Deputado Ricardo Chab, o Deputado Alborghetti, mesmo com o reajuste ninguém gosta de ver alguém que trabalha na mesma função que ele, receber um aumento muito maior, e muito maior neste caso é de 150%.

Então esta injustiça está deixando a Polícia Militar do Paraná numa situação difícil, tanto é que, os Senhores podem pegar os boletins de ocorrência dentro da Polícia Militar do Paraná, por exemplo em Maringá. No último mês aumentou, em muito, o número de prisões administrativas na PM do Paraná exatamente por causa desse descontentamento da tropa. Mas, também, uma boa parte do comando da PM do Paraná, não aceitou esse aumento diferenciado, tanto é que fiquei surpreso com o número de telefonemas por parte de comandantes parabenizando por esta Ação. Obviamente, sigilosamente, porque não podiam também se expor.

Com aparte o Deputado Rosinha.

O Sr. Deputado Rosinha - Deputado Nerone, essa questão da Lei votada que altera a tabela do soldo da tropa da PM de uma maneira geral, não foi a primeira votada aqui, nesta Casa. Desde 1992 esta Casa tem

recebido mensagens alterando essa tabela. E, por mais uma vez, quando houve tempo de ser estudada nós chamamos a atenção para o fato que esta tabela é inconstitucional. Até porque as diferenças estabelecidas de vencimentos dos militares, vamos dizer assim, está na Constituição. Isto é inconstitucional. Então de 92 até agora foram 5 leis inconstitucionais aprovadas por este Parlamento.

O que demonstra que são inconstitucionais é que mais de 40 soldados já entraram na Justiça e todos eles ganharam seu direito na Justiça. Como a tropa é bastante grande talvez 15 ou 18 mil soldados - teria que fazer 15 ou 18 mil ações. Nós fomos procurados por alguns soldados e uma advogada, que V.Eza. tem conhecimento, e interpelamos, agora, ou melhor, entramos no Tribunal de Justiça com uma Ação Judicial pedindo a declaração de inconstitucionalidade dessas 5 Leis. Temos certeza que será dada essa inconstitucionalidade o que representaria um reajuste médio, hoje, para os soldados da PM, de cerca de 50%. Estamos confiantes, inclusive, no sentido de obter a liminar, uma vez que o próprio Tribunal de Justiça já tem a causa julgada.

O SR. EMERSON NERONE - Agradeço o aparte. Apenas para concluir.

Sr. Presidente, destacamos o seguinte: fomos procurados praticamente, simultaneamente, por soldados da PM lá em Maringá, cada Deputado na sua Região, o Deputado Rosinha aqui em Curitiba, exatamente porque os soldados não podem se manifestar. Então eles vão apenas àqueles que são amigos para que não sejam expostos em público uma vez que isso dá ações internas na PM contra eles. Por isso mais um motivo para a gente discutir, mais para frente, um novo regimento disciplinar para a PM do Paraná. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário da Liderança do PTB, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Só, para complementar o assunto do Deputado Nerone. Se houve injustiça, como disse o Deputado Algaci Túlio, nós havemos de conseguir que esta injustiça seja reparada no seu determinado tempo. Mas nós temos que parabenizar o Governador do Estado do Paraná, tirando como exemplo, o orçamento participativo, lançado pelo Partido dos Trabalhadores, que deu certo em alguns Estados que é administrado, a gente tem que parabenizar. Acho até fantástica essa idéia de ir ao bairro e ouvir a comunidade, e o orçamento daquela comunidade

ser colocado naquele bairro. Quando você vê o Governador Jaime Lerner criar um seguro, meu Deus do céu, desde que eu era Vereador, o Deputado Tavares era Constituinte, hoje é candidato a Prefeito em Londrina, e eu via também a preocupação do Deputado Tavares que deu a sua vida por um distintivo da Polícia Civil do Paraná, que foi perseguido, humilhado. V.Exa. lembra-se disso? V.Exa. foi perseguido, humilhado, porque V.Exa. queria falar de seus ideais e de seus sonhos para a Polícia do meu Estado. E, eu Deputado Tavares, era o único numa emissora de rádio no interior do Paraná que gritava a sua voz e os seus anseios, quando V.Exa. era espezinhado pelo então Governo Jaime Canet. V.Exa. lembra-se disso?

Então, eu não posso. Houve injustiça? Houve!

Deputado Nerone, realmente a manchete do Deputado Nerone, tem razão, dá uma impressão assim que a Polícia está roubando, não tem nada a ver.

Só quero que entendam o seguinte: "Concordo com o Jornal de V.Exa., tem que haver uma modificação. Tem que haver! Temos que reestruturar isso".

Mas, não posso deixar de parabenizar nesta tarde aquilo que ninguém deu importância no Brasil.

Meu Deus do Céu! Nenhum Estado brasileiro que eu conheça está dando um seguro de vida para o Policial Militar, para o Policial Civil.

Que agora mesmo, ganhando um salário de miséria, pobre, arcaico, cretino, imbecil, ele sai de casa agora, pelo menos, com uma esperança Deputado Nerone. "Pois se eu morrer a minha mulher vai ser amparada pelo Governo do Paraná, se eu morrer, Deputado Zezé".

O policial do Paraná, graças ao Governo Jaime Lerner, pode sair de casa, agora, prender os ladrões do ICMS, não só os trombadinhas, prender os grandes estelionatários do meu Estado, podem até levar um tiro.

Mas, veja bem, Deputado Zuk, a mulher do policial não vai mais precisar vir ao meu gabinete procurar o caixão, não vai precisar mais, ir no gabinete do Deputado Nerone, procurar um ônibus para levar as pessoas para o sepultamento, não vai precisar mais ir ao gabinete do Deputado Belinati, com uma listinha. Procurar listas, sair com listas procurando verba para fazer o sepultamento. Por quê?

Porque agora nós vamos ter um seguro. O Governo Jaime Lerner, os outros não tiveram, não fizeram, mas desde Vereador que estou gritando, comecei a gritar na Tribuna em Londrina, que foi a escola que eu tive para vir a este Parlamento e aqui

já com 20 anos de vida pública, quantas vezes eu gritei para ultrapassar esta madeira e este concreto e que chegasse ao Palácio e eles dissem lá, este Alborghetti é louco, este Alborghetti pensa que nós estamos vivendo no primeiro mundo, Deputado Nerone, tudo aquilo era louco, no meu primeiro mandato, eu era um louco, todas as minhas idéias, a... não tem dinheiro, é inconstitucional, não dá para fazer. Quantas vezes clamei por um seguro de vida para o policial militar. Quantas vezes clamei para que não houvesse injustiça nos salários.

Então tenho que parabenizar o Governador Jaime Lerner. Pelo amor de Deus, o Governador Jaime Lerner deu um exemplo para todos os Governadores brasileiros. O Policial Militar, o Policial Civil agora pode sair de casa seja com a sua farda, com o seu distintivo, se apresentar na Delegacia, fazer a sua ronda, se ele levar um tiro, Deputado Zuk, a família vai receber um seguro de vida e este seguro de vida vai proporcionar à viúva uma estabilidade para a educação dos seus filhos, para que ela possa até comprar a sua casa.

Enfim, nós temos que parabenizar a atitude do Governador Jaime Lerner e por outro lado houve uma luta como o Deputado Algaci Túlio bem disse aqui, sei que há descontentamento como diz o Deputado Nerone, há, seria muita palhaçada minha se eu dissesse que não há - muita sem-vergonhice aqui na minha cara se eu dissesse que não há. Vossa Excelência está certo, há descontentamento, há.

Então há necessidade de nós repensarmos, não adianta ficar aqui e xingar o Senhor, o Senhor xingar o Deputado Algaci e ficar lá... não, não é por aí, nós temos que repensar a Polícia Militar do Estado do Paraná tem seguro de vida? Tem. Está de parabéns o Governador Jaime Lerner? Está.

Tem que respeitar este Governador, está de parabéns. Agora temos que repensar o salário? Temos.

Vossa Excelência Deputado Tureck, foi Prefeito sabe que tem que repensar, não me diga que não, se o Senhor disser que não, vou lhe chamar de mentiroso.

Tem que repensar o salário da Polícia Militar, não xingar, nada disso. Vamos nos unir, vamos repensar, vamos formar, eu e o Deputado Ricardo Chab que somos carrapicho de polícia, sabemos o que é polícia, sabemos que o plantão de uma delegacia de polícia é palco de dramas e comédias, sabemos que o plantão de uma delegacia está lá o policial às vezes sorrindo por fora e chorando por dentro, porque não sabe se vai chegar em casa e não pode levar o leite para os seus filhos.

Chega o Natal, este tal de Natal mercantilista, sabe que chega em casa e não

pode levar o presente para o seu filho.

É lamentável. Mas digo, Nerone. Um momento de reflexão na sua cabeça e na minha cabeça. Não é só a Polícia Militar, não é só a Polícia Militar, lamentavelmente.

Sempre digo uma coisa Deputado Nerone, e Vossa Excelência não concorda comigo, mas isso eu criei: Ou você endireita este País no voto ou então endireita na bala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amibál Khury) - Com a palavra o Deputado Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, nobres colegas, há questão de uma semana atrás, nós estivemos participando de um encontro às margens do Rio Tibagi, juntamente com o Deputado Belinati e com os outros dois candidatos a Prefeito da nossa cidade de Londrina, discutindo na oportunidade a questão da construção de usinas hidrelétricas ao longo do Rio Tibagi e na oportunidade ouvimos de lideranças da região do Vale do Paranapanema, Prefeitos e proprietários de áreas, que serão inundadas por este projeto, a necessidade da nossa querida COPEL, que é uma empresa do Governo do Estado, de rever este projeto diante dos danos que caso venha mesmo a ser executado da forma como se propaga, pode causar ao meio ambiente daquela região.

Na oportunidade quando usava da palavra eu me comprometi de fazer chegar ao Senhor Governador do Estado um expediente neste sentido, apelando a Sua Excelência para que solicite a nossa COPEL que reexamine este projeto preservando de tal sorte o remanescente de mata que é conhecido como Mata Doralice, com 200 hectares, e que é o último remanescente florestal existente às margens do Rio Tibagi.

E o expediente que encaminhei ao Senhor Governador está vazado nos seguintes termos:

(Lê):

"Curitiba, 1º de agosto de 1996.

Excelentíssimo Senhor Governador -

Embora saibamos da importância para a região de Londrina e para o Estado do Paraná do ponto de vista econômico e do desenvolvimento, a construção de uma usina hidrelétrica na área em que se insere a chamada Mata Doralice, na fazenda que leva o mesmo nome, vai trazer graves e irreparáveis consequências para o ecossistema local. A Mata Doralice, com 200 hectares, poderá ser inundada para que a COPEL viabilize a projetada hidrelétrica.

O que estamos solicitando de Vossa Excelência, sabidamente preocupado com o Meio Ambiente, é que determine uma pequena

alteração no projeto original, de forma que a hidrelétrica em questão seja construída cerca de dois a três quilômetros acima da Mata Doralice. Por ser o último remanescente florestal às margens do Rio Tibagi, não podemos perder mais de 67% das espécies ali localizadas e que não se repetem em lugar algum de toda a bacia. Se mantido o projeto original, Senhor Governador, estaremos perpetrando um crime contra o patrimônio natural daquela região e de nosso Estado.

Estamos certos de sua sensibilidade para com a questão e recomendamos que para melhor esclarecimento, solicite estudos que professores da Universidade Estadual de Londrina têm em mãos sobre a biodiversidade da Mata Doralice e que comprovam a ameaça que paira sobre ela.

Sem mais para o momento, aguardamos suas providências.

Atenciosamente,

(a) JOSÉ TAVARES

Deputado Estadual"

O Sr. Antonio Belinati - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Nobre e ilustre Deputado José Tavares, permita-me participar dessa mensagem que Vossa Excelência, de maneira muito feliz, muito oportuna, encaminha ao Governador Jaime Lerner. Vi a exemplo de Vossa Excelência e dos demais candidatos a Prefeito de Londrina, porque todos os quatro postulantes estiveram em visita a Mata Doralice, e a exemplo de Vossa Excelência Deputado Tavares fiquei simplesmente chocado de ver que a construção dessa usina vai ser um dos maiores atentados contra a ecologia, contra o meio ambiente, contra a mata, contra o verde que é o verdadeiro pulmão através do qual respira grande parte da população do norte do Paraná, quando vemos a ONU, diversos órgãos e instituições internacionais preocupados com a preservação do meio ambiente, é simplesmente lamentável Deputado José Tavares que muito próximo de Londrina essa Mata Doralice da família Favoreto, mas independente até de quem seja o seu proprietário, de repente, a construção de uma usina hidrelétrica seja mais importante do que o meio ambiente.

Associo-me a Vossa Excelência, estou solidário, estamos juntos nesta causa, que é a causa de Londrina, de Ibiporã, de Jataizinho, do norte do Paraná, e creio, do Brasil e do mundo. A gente vê a luta do planeta todo para se preservar a ecologia, e no caso quando se fala em destruir essa importante reserva que é a Mata Doralice, estamos juntos Deputado Tavares para pedir, até para protestar, fazer tudo aquilo que está ao alcance de todos nós Parlamentares no sentido de tentar sensibilizar as

autoridades da COPEL e do Governo do Estado para que não destruam essa que é, como disse muito bem Vossa Excelência, uma das poucas reservas ecológicas do norte do Paraná.

O SR. JOSÉ TAVARES - Muito obrigado ao colega Belinati, que como disse: lá também esteve conosco nesse encontro em cuja oportunidade pudemos ouvir uma palestra de um técnico da Universidade de Londrina e também os apelos do proprietário da área, Senhor Pedro Favoreto.

Senhor Presidente e nobres colegas na realidade nós, aqui não creio, aliás tenho certeza, não há um Deputado que seja contra a construção de uma usina hidrelétrica. O que a gente quer é que se faça essa usina mas que procure compatibilizar a sua construção com a defesa dos interesses ambientais. Esta mata por exemplo, ela está situada às margens do Tibagi, no Município de Ipirorã que o Deputado Zé Maria representa, e é realmente o único remanescente florestal que existe no norte do Paraná, ao lado da Mata dos Godoy Deputado Alborghetti, só que esta do Tibagi, posso até ousar dizer isso Senhor Presidente, porque os técnicos disseram isso lá naquele encontro, ela é mais importante do que a Mata dos Godoy, essa reserva que o Governo do Estado adquiriu e doou praticamente para a região norte do Paraná.

Portanto, é da maior importância que nossa querida COPEL, uma empresa que nós admiramos, respeitamos, defendemos, e por ela inclusive lutamos, que reexamine esse projeto de tal maneira que possa se compatibilizar a importante construção dessas sete usinas hidrelétricas ao longo do Tibagi com a preservação ambiental. É este o apelo que nós fazemos. Concedo aparte ao Deputado José Maria.

O Sr. José Maria Ferreira - Senhor Deputado é com extrema propriedade que coloca seu prestígio, sua fala nesta tribuna em prol da defesa da Mata Doralice. E tenho a convivência muito grande com esse problema, primeiro por estar situado no meu município, aonde tive o privilégio de ter sido Prefeito; e segundo porque ela é laboratório experimental do COIBART - Consórcio Intermunicipal de Defesa da Bacia do Rio Tibagi, do qual fui um dos fundadores e presidente, por 4 anos.

Foi num convênio com a Universidade, com a Klabin, com as empresas da região e os municípios que pudemos fazer daquela mata o laboratório que hoje representa uma fonte de conhecimento da nossa região aonde podemos buscar restaurar a questão da fauna, da flora e da vegetação.

Em maio nós encaminhámos um expediente, primeiro fomos a COPEL conhecer, in-

loco, o projeto técnico que estava sendo levantado com relação à barragem Jataizinho. De lá conhecemos que a área a ser inundada não é muito, são 22 km², dos quais 10 de leito de rio e 12 de área subjacente.

No entanto iria inundar, como Vossa Excelência coloca uma área extremamente importante para nossa região, que era aproximadamente 78 hectares da Mata Doralice, aonde nós encontramos faisão, cotia, lagartos, cobras, macacos, uma série de animais que ainda povoam aquela área. Recebi da COPEL, posteriormente, a informação de que ainda estava em estudo. Encaminhei uma correspondência ao Senhor Governador do Estado, Senhor Jaime Lerner, e ele respondia, confirmando a informação da COPEL, que era apenas um estudo preliminar, e que em função das questões que levantávamos poderia ser estudada a possibilidade da construção da barragem a montante, dependendo dos prejuízos e do ganho em função técnica e ambiental que se pudesse verificar.

Mas é extremamente positivo o envolvimento, o engajamento de todos os Deputados da região e desta Casa na defesa daquele espaço importante para a preservação ambiental.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Com o aparte do Deputado José Maria Ferreira concluo o meu pronunciamento, Presidente, conclamando esta Casa para que se some nesta luta e que a COPEL, mais uma vez, dê uma demonstração de amor ao Paraná, a ecologia, ao meio ambiente, ao nosso Estado, compatibilizando a construção da hidrelétrica com a preservação ambiental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores no Horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício 133/96, subscrito pelo Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a prorrogação da intervenção do Município de Morretes até o dia 31 de dezembro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Edgar Bueno, constante do expediente, solicitando licença dos trabalhos parlamentares e da 3.ª Secretaria pelo prazo de 60 dias, a partir da presente data. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Luis Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Edgar Bueno e Cesar Silvestri, com apoioimento do Senhor Deputado Milton Puppio, constante do expediente. Necessita de apoioimento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. Necessita de apoioimento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Marquinhos Alves, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoioimento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colago, constante do expediente. Necessita de apoioimento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando preferência de votação do Projeto de Lei nº 307/96. Aprovado.

De conformidade com o Requerimento acima aprovado:

ITEM 09

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Desembargador Francisco Cunha Pereira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.

Passaremos a apreciação do restante da matéria, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

392/95, de autoria do Deputado Sâmis da Silva que torna obrigatório aos estabelecimentos de ensino da Rede Pública e Particular de 1º, 2º e 3º Graus, a abonação de faltas de alunos motivadas por princípio de consciência religiosa. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/96, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Edson Silva Lino, que altera o art. 1º da Lei nº 11.257 de 21 de dezembro de 1995, que criou o Município de Ariranha do Ivaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 082/96, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que altera o art. 1º da Lei nº 11.221 de 11 de dezembro de 1995, que criou o Município de Campo Magro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 396/95, de autoria do Deputado Walmar Trentini, que autoriza à Secretaria de Estado da Segurança Pública, edificar no Município de Paranavaí o Instituto Médico-Legal. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado.

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/95, de autoria do Deputado Beto Richa, que concede o Título de Cidadã Benemérita do Paraná, à Senhora Emilia de Salles Belinati. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.

ITEM 06

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança, Guardas, Transportadores de Valores e Similares do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.

ITEM 07

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 144/96, de autoria do Deputado Edro Guimarães, que declara de Utilidade Pública o

Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Vidigal, com sede e foro no Município de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 08

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/96, de autoria do Deputado José Lito Canto, que declara de Utilidade Pública o Clube Amigos Alenães - Klub Deutsche Freunde, com sede e foro em Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 10

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/96, de autoria da Comissão Executiva - Mensagem nº 034/96, que referenda o Decreto Legislativo nº 003/96 de 12 de fevereiro de 1996. (Viagem do Senhor Governador do Estado ao Exterior). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 626, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 628 e 663, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 631, de autoria do Senhor Deputado Angelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 633 e 635, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 634, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 636, 637 e 646, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 638 a 644, 660 e

662, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 649 e 669, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 651 e 673, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 667, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 674, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 675, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 676, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, com apoio dos Senhores Deputados Ricardo Chab, Carlos Simões, Algaci Túlio e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nºs 677 e 678, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 07, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 396 e 401/95; 037, 144 177 e 307/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 178, 234, 290 e 300/96.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA EM REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO SÂMIS DA SILVA, EM SESSÃO DO DIA 06 DE AGOSTO DE 1996.

"Bamerindus, um Patrimônio do Paraná."

Jornal Gazeta do Povo.

Tenho afirmado publicamente e volto a fazê-lo: o Bamerindus é uma instituição financeira que, por suas raízes e seu histórico, se tornou patrimônio dos paranaenses. Por isso todos os cidadãos conscientes de nossa terra acorremos em apoio desse grupo empresarial, tão logo surgiram registros de que ele passava por reestruturação, para se ajustar ao novo cenário de globalização e abertura econômica vivido pelo Brasil.

As notícias que nos chegam, nas últimas semanas, são todas na direção positiva: uma engenharia financeira de alto nível, conduzida pelos acionistas controladores e executivos principais, reposicionou o Bamerindus e suas empresas coligadas na senda da normalidade; contando para isso com o pleno apoio do governo federal, justamente, empenhada no equilíbrio econômico-financeiro de suas instituições produtivas. A confirmação acaba de chegar das agências internacionais de classificação de negócios, situando o banco de sede paranaense num patamar compatível com os negócios sólidos da banca mundial.

Nós, que na primeira hora estivemos ao lado do Bamerindus, só temos que nos congratular com o senador José Eduardo de Andrade Vieira, o presidente do banco, Mauricio Schulmann e seus companheiros de liderança empresarial. Está assegurada a preservação do patrimônio econômico e institucional implantado, há mais de meio de século, por Avelino Vieira que junto com Albari Guimarães, Rafael Papa, Bráulio Tocatto, Ibrahim Faia e tantos outros — plantou em Tomazina, no emergente Norte Pioneiro paranaense, a marca pioneira de um banco comercial, quando o Paraná ainda andava de pés descalços, não tinha energia nem redes de comunicação.

Foi um ato de coragem tão firme como o dos imigrantes e desbravadores seus ancestrais, que cruzaram oceanos e incorporaram mundos, cujo herança que lhes povoou o passado. Avelino e seus parceiros lutaram com denodo para edificar um patrimônio de trabalho e honra, por engrandecer não só o Paraná, mas o Brasil. Moveu-nos no episódio o mesmo paranaense afirmativo que nos

paranaense — movimento vitorioso nas jornadas de 1933.

Lutamos sobretudo por sabermos, de nossas raízes e experiência de vida pública já alongada, que o grupo composto pelo Bamerindus é uma das mais significativas expressões econômicas do Paraná, a financiar a produção, o comércio e a indústria. Um banco é uma entidade mobilizadora de poupanças que canaliza para os fins produtivos da sociedade; sua sede, numa cidade ou região, é fator seguro de descentralização econômica, fundamental em países continentais. Tanto que os americanos, hábeis nas artes gerenciais, fazem questão de manter estabelecimentos bancários espalhados pela vastidão do seu território, a sustentar a prosperidade de suas empresas e o elevado padrão de vida de seus habitantes.

No caso brasileiro, os ajustes decorrentes da estabilização superpostos à integração comercial com o restante do mundo, pressionaram o conjunto das instituições financeiras com exigências de capital, ativos e rentabilidade; o exemplo mais visível é a sucessão de prejuízos do Banco do Brasil. Nessa conjuntura o bom senso recomenda que governantes e responsáveis

políticos e pessoas de bem se congreguem na sustentação de sua rede de organismos econômicos, sob risco de uma "débauche" geral. No caso, só a leviandade poderia tolerar o comprometimento de cerca de mais de 200 mil funcionários, acionistas, correntistas e seus familiares.

Essa agregação de vontades ocorreu no Brasil, pela visão esclarecida de governos e lideranças, que souberam enxergar o interesse público nas flâmulas de um assunto particular. Ao se congregarem em torno do Bamerindus como expressão elevada da economia irradiada pelo Paraná e sua gente, nossos patrícios demonstraram que vamos atingindo maturidade por consciência dos desafios e oportunidades iminentes pela vida. Estamos de parabéns, mas cumpre vigiar para que a boa solução encontrada se consolide em novo ciclo de realizações, alcançadas por meio da integração nos mercados mundiais.

